

Indiciamento do Genocídio de Israel em Gaza: Evidências Irrefutáveis e Obrigações Legais Imperativas

Introdução

As ações do Estado de Israel em Gaza desde 7 de outubro de 2023 constituem inequivocamente genocídio sob a Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio de 1948, conforme comprovado por evidências convincentes de fontes confiáveis, incluindo a Anistia Internacional, órgãos das Nações Unidas e eminentes estudiosos do genocídio. Este memorando afirma que a conduta de Israel satisfaz os elementos legais do genocídio, abrangendo tanto o *actus reus* quanto o *mens rea*, desencadeando assim as obrigações não derogáveis dos Estados partes sob a Convenção do Genocídio e a doutrina da Responsabilidade de Proteger (R2P). A falha em agir de forma decisiva implica Estados e seus funcionários em cumplicidade, expondo-os à responsabilidade civil e criminal por auxiliar e incentivar crimes de guerra, crimes contra a humanidade e o crime de genocídio.

Indiciamento: Evidências Irrefutáveis de Genocídio em Gaza

Actus Reus: Atos Proibidos Constituintes de Genocídio

A Convenção do Genocídio delineia cinco atos proibidos, qualquer um dos quais, quando cometido com intenção, constitui genocídio. As ações de Israel em Gaza cumprem manifestamente todos os cinco.

1. Matar Membros do Grupo Protegido:

- Israel causou a morte de mais de 50.000 palestinos, incluindo milhares de crianças, conforme documentado no relatório da Anistia Internacional de dezembro de 2024.

2. Causar Danos Físicos ou Mentais Graves:

- As ações de Israel feriram mais de 200.000 palestinos, tornando Gaza o epicentro global de amputações infantis devido a bombardeios implacáveis e à ausência de instalações médicas.
- O relatório da Relatora Especial da ONU, Francesca Albanese, de março de 2024, destaca o profundo trauma sofrido por 1,9 milhão de pessoas deslocadas.

3. Infligir Deliberadamente Condições de Vida Calculadas para Provocar Destruição Física:

- Desde março de 2025, o cerco total de Israel cortou eletricidade, água, combustível e ajuda, precipitando a fome, com o Ministro das Finanças Bezalel Smotrich declarando: "Nem um grão de trigo entrará em Gaza".

- Até junho de 2025, Israel lançou cerca de 90.000 toneladas de explosivos em Gaza, equivalente ao poder explosivo de seis bombas de Hiroshima, destruindo 70% dos edifícios residenciais, 80% das escolas e universidades, 33 hospitais, tornando Gaza inabitável.

4. Impor Medidas para Impedir Nascimentos:

- A desnutrição e o colapso dos sistemas de saúde induziram abortos generalizados, com bebês e crianças particularmente vulneráveis à fome, frustrando a continuidade biológica do grupo.

5. Transferir Forçadamente Crianças:

- Milhares de crianças e bebês palestinos foram mortos, efetivamente “transferidos para seus túmulos” por meio de ataques direcionados, uma violação grotesca da Convenção.

A prática simultânea de todos os cinco atos proibidos sublinha a gravidade da campanha genocida de Israel, sendo cada ato independentemente suficiente para estabelecer o *actus reus*.

Mens Rea: Intenção Específica de Destruir

A intenção necessária para destruir o grupo palestino em Gaza, no todo ou em parte, é incontroversamente estabelecida por meio de retórica oficial, endosso social e conduta sistemática.

1. Declarações Desumanizadoras e Genocidas:

- Mais de 500 declarações de autoridades israelenses desde 7 de outubro de 2023, documentadas pela Law for Palestine, evidenciam a intenção genocida. Exemplos notáveis incluem:
 - Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu (outubro de 2023), invocando “Amaleque”, um chamado bíblico para destruição total.
 - Ministro da Defesa Yoav Gallant (9 de outubro de 2023), rotulando os palestinos como “animais humanos”.
 - Ministro do Patrimônio Amichai Eliyahu (5 de novembro de 2023), defendendo a aniquilação nuclear de Gaza.
 - Ministro das Finanças Bezalel Smotrich (2025), impondo a fome com “nem um grão de trigo”.
- Os cânticos anuais de “Morte aos Árabes” na Marcha da Bandeira de Jerusalém refletem um animus social generalizado.
- Uma pesquisa do Haaretz (23 de maio de 2025) revela que 82% dos judeus israelenses apoiam a expulsão dos palestinos de Gaza, evidenciando a intenção social.

2. Não Conformidade com Ordens do TPI para Prevenir Genocídio:

- A não conformidade de Israel com as medidas provisórias do Tribunal Internacional de Justiça (TPI) de janeiro de 2024 para prevenir genocídio demonstra ainda mais a intenção genocida.

Evidências Credíveis Irrefutáveis

A acusação de genocídio é sustentada por: - **Anistia Internacional:** Seu relatório de 2024 determina conclusivamente as ações de Israel como genocídio. - **Estudiosos de Genocídio e Holocausto:** Especialistas, incluindo Raz Segal, classificam unanimemente a conduta de Israel como genocida. - **Sobreviventes do Holocausto:** Numerosos sobreviventes condenaram publicamente as ações de Israel como genocidas em cartas abertas. - **Ex-Primeiro-Ministro Ehud Olmert:** Em maio de 2025, ele denunciou a “guerra de extermínio” de Israel envolvendo “matanças indiscriminadas, brutais e criminosas”. - **Relatório da UE sobre Gaza de 2024:** Vazado em novembro de 2024, documenta crimes de guerra e potencial genocídio, alertando contra a cumplicidade.

Imperativos Legais e Morais

Obrigações sob a Convenção do Genocídio

A Convenção do Genocídio impõe um dever absoluto aos seus 153 Estados partes de prevenir e punir o genocídio (Artigo I). O julgamento do TPI em *Aplicação da Convenção sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Bósnia e Herzegovina v. Sérvia e Montenegro)* (2007) determina que os Estados devem empregar todos os meios razoáveis para prevenir o genocídio diante de evidências confiáveis, sendo a falha considerada cumplicidade sob o Artigo III(e). Os Estados partes estão legalmente obrigados a: - Implementar sanções direcionadas e embargos de armas, conforme exigido pela Relatora Especial da ONU, Francesca Albanese. - Facilitar processos perante o Tribunal Penal Internacional (TPI) ou tribunais domésticos competentes (Artigo VI). - Encerrar todo apoio militar, financeiro ou diplomático a Israel para evitar cumplicidade.

O Estatuto de Roma do TPI (1998) permite a persecução de indivíduos por auxiliar e incentivar o genocídio, sem imunidade para funcionários públicos (Artigos 25(3)(c), 27).

Responsabilidade de Proteger (R2P)

A doutrina R2P, endossada pela Assembleia Geral da ONU em 2005, obriga os Estados a proteger populações de genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade. A falha manifesta de Israel em proteger os palestinos, aliada à sua perpetração de atrocidades, exige intervenção internacional, incluindo: - Imposição de sanções direcionadas e embargos de armas, conforme instado pelo Comitê Especial da ONU (2024). - Apoio às investigações do TPI, conforme defendido pela Human Rights Watch (2024). - Advocacia por medidas do Conselho de Segurança da ONU, apesar das obstruções por membros permanentes.

A não conformidade arrisca a cumplicidade, expondo Estados e funcionários a repercussões legais.

Responsabilidade Civil e Criminal por Cumplicidade

Estados e funcionários que persistem em apoiar as ações de Israel são responsáveis por: - **Persecução Criminal:** Acusações do TPI por auxiliar e incentivar o genocídio sob o Artigo 25(3)(c) do Estatuto de Roma, com possíveis indiciamentos visando funcionários que facilitam apoio militar ou financeiro. - **Responsabilidade Civil:** Adjudicação do TPI por violação

das obrigações da Convenção do Genocídio, conforme estabelecido em *Bósnia v. Sérvia* (2007), expondo os Estados a obrigações reparatórias. - **Responsabilidade em Jurisdição Doméstica e Universal:** Processos podem ocorrer nas jurisdições domésticas dos funcionários ou – quando as autoridades domésticas falharem em agir – qualquer Estado pode assumir autoridade prosecutória sob jurisdição universal, garantindo responsabilidade por cumplicidade em genocídio, crimes de guerra ou crimes contra a humanidade.

Funcionários em Estados como os Estados Unidos, que fornecem US\$ 3,8 bilhões em ajuda militar anual, e a Alemanha, que aumentou as exportações de armas em 2024, trazem profunda vergonha às suas nações ao permitir a campanha genocida de Israel e enfrentam responsabilidade civil e criminal iminente por sua cumplicidade e negligência de dever. O relatório da UE sobre Gaza de 2024 alerta explicitamente que desconsiderar as evidências convida à cumplicidade em futuros tribunais.

A Infâmia Moral Duradoura de Gaza e o Julgamento Histórico

A exterminação sistemática em Gaza – mais de 50.000 mortes, 1,9 milhão de deslocados e fome planejada – será consagrada como uma mancha moral indelével na consciência humana, semelhante ao legado duradouro do Holocausto. A declaração da União Africana de 2024 rotulou as ações de Israel como sem paralelo na história humana. A decisão do TPI de janeiro de 2024, afirmando a plausibilidade das alegações de genocídio da África do Sul, destaca a gravidade da crise.

Funcionários que persistem em apoiar Israel, notadamente nos Estados Unidos e na Alemanha, serão implacavelmente perseguidos pela sociedade civil. Sua cumplicidade – por meio de vetos às resoluções do Conselho de Segurança da ONU, fornecimento de ajuda militar e desrespeito às evidências irrefutáveis – os consignará, assim como seus Estados, ao corredor da vergonha da história por perpetuar a maior atrocidade deste século.

Conclusão

As ações de Israel em Gaza constituem inequivocamente genocídio, com o *actus reus* evidenciado por assassinatos em massa, danos graves, fome, prevenção de nascimentos e mortes de crianças, e o *mens rea* demonstrado por retórica genocida, endosso social e flagrante não conformidade com o TPI. Os Estados partes estão legal e moralmente obrigados sob a Convenção do Genocídio e a R2P a impor sanções, apoiar processos e cessar a cumplicidade, ou enfrentar responsabilidade por auxiliar crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio. As atrocidades de Gaza deixarão para sempre uma cicatriz na consciência humana, e os funcionários que apoiam os crimes de Israel trazem vergonha às suas nações e serão implacavelmente perseguidos por sua cumplicidade em uma das mais graves falhas morais da história.

Citações Chave

- Israel/Occupied Palestinian Territory: 'You Feel Like You Are Subhuman': Israel's Genocide Against Palestinians in Gaza
- Yes to Transfer: 82% of Jewish Israelis Back Expelling Gazans
- Analysis | Jerusalem Day Flag March Reached a New Low: Mocking the Dead Children of Gaza
- Opinion | 'Death to the Arabs' Champions of Settler Violence Now Sit in the Heart of Israel's Government
- Opinion | 'Death to Arabs': Palestinians Need International Protection From Israel's Racist Jewish Thugs
- Opinion | Enough Is Enough. Israel Is Committing War Crimes
- Former Israeli PM Olmert explains why he believes his country is committing war crimes
- Israel's Smotrich says 'not even a grain of wheat' will enter Gaza
- Law for Palestine Database
- Israeli minister: Dropping nuclear bomb on Gaza 'an option'
- Amnesty International Siege Report
- Jerusalem's Flag March | Hundreds Chant 'Death to Arabs' as Israelis Rally in Jerusalem
- Top genocide scholars unanimous that Israel is committing genocide in Gaza: Dutch investigation
- Rome Statute
- EU Officials Will Claim Ignorance of Israel's War Crimes. This Leaked Document Shows What They Knew
- Hind Rajab Foundations
- ICJ Bosnia v. Serbia Judgment
- HRW Report
- Israeli opposition leader criticises killing 'children as a hobby'
- Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide in the Gaza Strip (South Africa v. Israel) - Provisional measures